

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores da
Associação de Investidores no Mercado de Capitais - AMEC
São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Investidores no Mercado de Capitais - AMEC (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Investidores no Mercado de Capitais - AMEC em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Associação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Rua Castilho, 392 – 4º Andar
Brooklin – São Paulo – SP
CEP 04568-010
São Paulo – Brasil
T: +5511 5102-2510

www.bakertillybr.com.br

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes tran-

sações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de março de 2021.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1



FÁBIO MARCHESINI

Contador, CRC 1SP-244.093/O-1

Baker Tilly 4Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Notas	2020	2019
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	967.188	603.355
Créditos diversos	-	3.413	-
Total do ativo circulante		970.601	603.355
Não circulante			
Caução locatícia	6	62.089	54.624
Imobilizado	7	34.772	26.873
Total do ativo circulante		96.861	81.497
Total do ativo		1.067.462	684.852

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2020	2019
Passivo circulante			
Fornecedores	8	15.098	11.436
Adiantamento de associados	9	252.841	119.369
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	21.199	48.914
Aluguel a pagar	-	12.264	13.444
Total do passivo circulante		301.402	193.163
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	12	491.689	320.493
Superávit do exercício	-	274.371	171.196
Total do patrimônio líquido		766.060	491.689
Total do passivo e patrimônio líquido		1.067.462	684.852

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em Reais)

	Notas	2020	2019
Receita operacionais líquidas	13	4.273.067	4.181.747
Custos e despesas operacionais:			
Despesas com gratuidades, administrativas e comerciais	14	(3.990.564)	(3.947.908)
Despesas tributárias	-	(6.287)	(7.654)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	-	(52.782)	(76.000)
		(4.049.633)	(4.031.562)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		223.434	150.185
Resultado financeiro:			
Despesas financeiras	15	(4.837)	(7.390)
Receitas financeiras	15	55.774	28.401
		50.937	21.011
Superávit do exercício		274.371	171.196

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em Reais)

	2020	2019
Superávit do exercício	274.371	171.196
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	274.371	171.196

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	241.407	79.086	320.493
Incorporação do superávit do exercício anterior	79.086	(79.086)	-
Superávit do exercício	-	171.196	171.196
Saldos em 31 de dezembro de 2019	320.493	171.196	491.689
Incorporação do superávit do exercício anterior	171.196	(171.196)	-
Superávit do exercício	-	274.371	274.371
Saldos em 31 de dezembro de 2020	491.689	274.371	766.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Valores expressos em Reais)

	2020	2019
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	274.371	171.196
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do superávit do exercício com o fluxo de caixa		
Depreciações	7.852	7.983
Atualização monetária não realizada (caução aluguel)	(7.465)	(2.231)
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Créditos diversos	(3.413)	-
(Decréscimo)/acrécimo em passivos		
Fornecedores	3.662	(11.793)
Adiantamento de associados	133.472	119.369
Obrigações trabalhistas e tributárias	(27.715)	(2.201)
Outras obrigações	(1.180)	(18.183)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	379.584	264.140
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(15.751)	(15.250)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15.751)	(15.250)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	363.833	248.890
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	603.355	354.465
No final do exercício	967.188	603.355
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	363.833	248.890

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Investidores no Mercado de Capitais (“AMEC” ou “Associação”), é uma associação sem fins lucrativos, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 27 de junho de 2006, tendo suas atividades operacionais iniciadas no mesmo ano.

A AMEC atua com a finalidade de promover ações para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil, o estímulo as boas práticas de governança corporativa, a defesa dos direitos e interesses de investidores no mercado brasileiro de capitais, em especial as sociedades administradoras e ou gestoras de recursos de terceiros independentes, clubes de investimentos, instituições financeiras ou gestores de recursos coligadas ou controladas por instituição financeira, nacionais ou estrangeiras, e as entidades de previdência privada.

Sua principal atividade operacional é a promoção de eventos, cursos e seminários, no âmbito de sua atuação para associados e não associados. A AMEC pode celebrar contratos, convênios, acordos, termos de parcerias e outros instrumentos com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

As principais fontes de recursos da AMEC são as contribuições dos associados, fixadas pelo Conselho Deliberativo, receitas provenientes da organização de eventos e prestação de serviços.

1.1. Identidade e propósito

VISÃO

Desenvolvimento do mercado de capitais por meio de respeito, proteção e ampliação dos direitos dos acionistas minoritários.

MISSÃO

Defender os direitos dos acionistas minoritários de companhias abertas brasileiras, tendo como base a promoção de boas práticas de governança corporativa e a criação de valor para as empresas.

VALORES

- Atuação independente, sem beneficiar interesses particulares de seus associados;
- Embasamento econômico e jurídico em seus pronunciamentos, alicerçados nas análises e recomendações elaboradas pela Comissão Técnica;
- Consenso nas decisões da Diretoria, apoiadas na maioria dos votos de seus membros.

1.2. Situação da COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19.

Em 11 de março de 2020, ela declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Desde março de 2020 as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas em diversos setores da economia. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros é esperado com a retração dos Produtos Interiores Brutos – PIB das maiorias dos países, incluindo o Brasil.

A Administração está monitorando a evolução da crise instalada, aplicado ações alinhadas com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

A) AÇÕES PREVENTIVAS

Estamos seguindo todas as diretrizes de prevenção da Covid-19 divulgadas por agências de saúde no Brasil. Por isso, o “home office” desde 17 de março de 2020.

B) IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Os associados da AMEC atuam no segmento financeiro e de mercado de capitais, que não sofreu interrupção em suas atividades. Consequentemente, não houve impacto significativo no fluxo de recebimento das contribuições associativas e demais receitas orçadas para o exercício, permitindo a continuidade operacional e a geração de reserva de caixa para enfrentamento desta crise.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12 – ITG 2002 (R1)).

As demonstrações financeiras da Associação de Investidores no Mercado de Capitais – AMEC do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão por sua diretoria em 04 de março de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Associação revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação.

2.4. Mensuração de valor

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para a sua mensuração.

2.5. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Associação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos associados no curso normal das atividades da Associação.

- Receita com contribuição associativa

As contribuições de associados são reconhecidas mensalmente com base no orçamento anual aprovado da Associação que tem como objetivo central a captação de recursos em fluxo mensal contínuo para custear os estudos, projetos e atividades previstas para o exercício.

- Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa

financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, nas demonstrações do resultado.

3.2. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

3.2.1. ATIVOS FINANCEIROS – RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos financeiros da Associação são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Associação incluem caixa e equivalentes de caixa, contribuições a receber e outras contas a receber.

3.2.2. PASSIVOS FINANCEIROS – RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os passivos financeiros da Associação são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Associação incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contribuições a receber

São apresentadas aos valores de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dessas contribuições, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.5. Imobilizado

É registrado pelo custo histórico de aquisição. As depreciações foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

3.6.1. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Classificação de circulante e não circulante

A Associação apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo me-

nos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.8. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

4. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

4.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os Artigos 167 a 174 do Regulamento de

Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o Artigo 195 da Constituição Federal.

4.2. Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

4.3. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03. As receitas financeiras sujeitam-se a alíquota zero desde 01/04/2005, por força do Decreto nº 5.442/2005, em conjunto com o Artigo 10º da Lei nº 10.833/03.

4.4. Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

A Associação está recolhendo normalmente a quota patronal incidente sobre a folha de pagamento.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa	929	1.196
Banco	10	10
Aplicações financeiras (i)	966.249	602.149
	967.188	603.355

(i) Referem-se, substancialmente, às aplicações financeiras remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com possibilidade de resgate imediato e/ou com vencimentos inferiores a 90 dias com perdas insignificantes no valor.

6. CAUÇÃO LOCATÍCIA

Caução (garantia) referente ao contrato de locação do imóvel-se- de da Associação, atualizado mensalmente pelo valor da caderneta de poupança.

7. IMOBILIZADO

Descrição	% - Taxa de depreciação anual	2020	2019
Softwares	20	5.622	5.622
Máquinas e equipamentos	10	19.956	10.486
Instalações	10	13.910	13.910
Móveis e utensílios	10	54.616	54.616
Equipamentos de informática	20	83.762	77.481
Subtotal		177.866	162.115
Depreciação acumulada		(143.094)	(135.242)
Imobilizado líquido		34.772	26.873

7.1. Movimentação do imobilizado

As movimentações do imobilizado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão demonstradas a seguir:

Descrição	2019	Aquisições	Depreciação	2020
Software	2.400	-	(720)	1.680
Máquinas e equipamentos	5.684	9.470	(1.601)	13.553
Móveis e utensílios	2.059	-	(334)	1.725
Equipamentos de informática	16.730	6.281	(5.197)	17.814
	26.873	15.751	(7.852)	34.772

Descrição	2018	Aquisições	Depreciação	2019
Software	3.269	-	(869)	2.400
Máquinas e equipamentos	3.421	2.815	(552)	5.684
Móveis e utensílios	2.400	-	(341)	2.059
Equipamentos de informática	10.516	12.435	(6.221)	16.730
	19.606	15.250	(7.983)	26.873

8. FORNECEDORES

	2020	2019
Fornecedores de serviço	10.681	8.104
Fornecedores nacionais	3.167	2.082
Telefônica S/A a pagar	1.250	1.250
	15.098	11.436

9. ADIANTAMENTO DE ASSOCIADOS

Os valores recebidos antecipadamente dos associados são reconhecidos nessa rubrica e apropriados ao resultado de acordo com sua competência. Em 31 de dezembro de 2020 a Associação apresentava um saldo de R\$ 252.841 (R\$ 119.369 em 2019).

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
Provisão de férias a pagar	8.508	20.003
Encargos sobre férias a recolher	2.978	7.001
INSS a pagar	2.215	8.510
FGTS a pagar	707	2.936
IRRF sobre salário	563	5.856
IRRF sobre serviços	1.201	945
PIS sobre folha a recolher	59	258
Contribuição sindical a recolher	-	133
Outras obrigações	4.968	3.272
	21.199	48.914

11. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 não existiam processos passivos movidos contra a Associação, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como provável ou possível por seus consultores jurídicos externos.

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os tributos federais, estaduais, municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades, por períodos que variam de 05 (cinco) a 30 (trinta) anos.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio social

Está representado pelo patrimônio original decorrente da criação da Associação e do superávit ou déficit incorporado anualmente. Os recursos da Associação foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu estatuto social.

Em caso de dissolução da Associação, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição com finalidades semelhantes, sem fins econômicos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a uma entidade pública, a critério da Assembleia Geral.

13. RECEITA OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2020	2019
Contribuições associativas mensais	2.321.366	2.349.196
Anuidade associados	321.982	229.434
Receitas com gratuidades (a)	1.629.719	1.603.117
	4.273.067	4.181.747

(a) Referem-se à valorização das horas dos profissionais que auxiliam o funcionamento da AMEC de forma gratuita, contabilizadas como receitas e despesas (Nota Explicativa nº 14), conforme requerido pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro.

14. DESPESAS COM GRATUIDADES, ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

	2020	2019
Despesas com gratuidades (a)	(1.629.719)	(1.603.117)
Prestação de serviços pessoa jurídica	(1.404.431)	(1.295.177)
Salários e ordenados	(425.223)	(617.535)
Aluguel, condomínio e IPTU	(236.838)	(227.575)
Marketing digital	(192.259)	(34.950)
Viagens e representações	(9.610)	(83.022)
Depreciação	(7.852)	(7.984)
Demais despesas administrativas	(84.632)	(78.548)
	(3.990.564)	(3.947.908)

(a) Vide comentário Nota Explicativa nº 14.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(3.545)	(4.853)
IOF	(1.220)	(1.802)
Variação cambial	(72)	(595)
Outras despesas financeiras	-	(140)
	(4.837)	(7.390)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos – aluguel (a)	33.184	-
Rendimentos de aplicações financeiras	15.083	26.077
Atualização monetária – caução	7.465	2.231
Outras receitas financeiras	42	93
	55.774	28.401
Resultado financeiro	50.937	21.011

(a) Desconto obtido junto ao locador da sede administrativa da Associação em função de negociações realizadas pela Administração para reduzir os custos frente a crise pandêmica observada durante o exercício de 2020.

16. SEGUROS

A Associação mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17. GESTÃO DOS RISCOS E VALORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações sobre riscos

RISCOS DE CRÉDITO

A Associação não possui concentração de risco de crédito em decorrência da diversificação e pulverização de seus associados, além do contínuo acompanhamento dos valores a receber. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Associação somente realiza operações em instituições com baixo risco e consideradas como sendo de primeira linha em território nacional.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Associação possui recursos disponíveis para utilização imediata.

RISCO TRIBUTÁRIO – ISENÇÕES E IMUNIDADES

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos que goza de benefícios tributários nas esferas federal, estadual e municipal. A manutenção desses benefícios está condicionada ao cumprimento de diversas exigências e regras que devem ser seguidas pela Associação. Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios que pudessem colocar em risco os benefícios fiscais existentes.

b) Operações com instrumentos derivativos

A Associação não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2020 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Associação restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.